

**Os TUPINISMOS NA
LINGUAGEM RURAL
PARANAENSE¹**

AGUILERA, Vanderci de Andrade²

¹ Uma versão próxima a esta foi publicada na Alemanha, como capítulo de livro, com a seguinte referência: Aguilera. (2002) *Tupinismos lexicais no português brasileiro: trilhas e traços no Paraná*. Ex oriente lux: Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 60., Geburtstag/hrsg. Von Sybille Grobe und Axel Schönberger in Verbindung mit Cornelia Döll und Christine Hundt. – Frankfurt am Main: Valentia, p. 19-40.

² Professora da Universidade Estadual de Londrina, pesquisadora do CNPq

RESUMO: Este artigo, com base nos princípios da geolingüística e da lexicologia, analisa as cartas léxico-semânticas do Atlas Lingüístico do Paraná (Aguilera: 1994), principalmente as que apresentam a distribuição diatópica de itens lexicais de base tupi. Tem como objetivo demonstrar a influência de variáveis externas, como a história do povoamento do território paranaense, na definição de áreas de isoglossas. Verifica-se que a contribuição do tupi se manifesta mais fortemente nos pontos lingüísticos situados no litoral, como Guaraqueçaba, Morretes, Antonina e Paranaguá e em outras localidades que constituem a região do Paraná Tradicional, deixando evidentes as marcas dos autóctones que ali habitavam e a dos bandeirantes procedentes da antiga Capitania de São Vicente.

PALAVRAS-CHAVE: Tupinismos; Paraná; Atlas Lingüístico

ABSTRACT: This article, based on the principles of Geolinguistics and Lexicology, analyzes the semantic-lexical cartographic sheets from the Linguistic Atlas of Paraná (Aguilera, 1994), specially the ones which present the diatopic distribution of Tupi-based lexical items. It aims to demonstrate the influence of external variables, such as the history of population constitution in the territory of Paraná, defining isoglossic areas. It is verified that the contribution of Tupi is more strongly manifested in linguistic points located on the coast, such as Guaraqueçaba, Morretes, Antonina and Paranaguá, and also in other places that constitute the region of "Paraná Tradicional", bringing evidence to the marks left from the autochthones who lived there and from expedition members from the old captaincy of São Vicente.

KEYWORDS: Tupinisms; the state of Paraná; Linguistic Atlas.

INTRODUÇÃO

O Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR – (AGUILERA: 1994) consta de 191 cartas, das quais 92 registram a distribuição diatópica de variantes lexicais extraídas do repertório de falantes de origem rural. Chama a atenção, em muitas dessas cartas, a presença e recorrência de nomes de origem indígena, aos quais me referirei como de origem tupi, para seguir a denominação constante dos dicionários da Língua Portuguesa mais conhecidos no Brasil (Caldas Aulete 1964; Nascentes 1943; Ferreira 1986; e Cunha 1982 e 1994) e das obras de caráter lingüístico-descritivo (Silva Neto 1970; Melo 1981; Houaiss 1985). Não obstante, não ignoro a fluidez e inadequação dessa nomenclatura, bem como, para os especialistas, as controvérsias que dela emanam.

Esses nomes tupis cartografados no ALPR, ou registrados nas notas das cartas, ou ainda transcritos das entrevistas, recobrem, em sua maioria, conceitos de referentes da flora e da fauna como é comum nas demais regiões do Brasil, confirmando o que estabeleceram os dialetólogos que nos antecederam (Amaral 1920: 27-33; Nascentes 1922: 181; Marroquim 1996: 113-118; Melo 1983: 149). No entanto, a herança indígena ainda permanece na fala rural paranaense em alguns poucos nomes referentes ao corpo humano e suas funções, a brinquedos, a utilitários domésticos e a entes sobrenaturais².

Neste artigo, na perspectiva da história social do Paraná e da geolinguística, apresento a concentração e expansão de itens lexicais de base tupi registrados nas cartas do ALPR, buscando associar essa distribuição espacial com o processo de formação da sociedade paranaense. Em particular, busco os vestígios lingüísticos que possam testemunhar a passagem dos índios tupis e a sua permanência no espaço denominado Paraná Tradicional, isto é, nos povoados que emergiram entre os séculos XVII e meados do XIX, quando ocorreu a separação da 5ª Comarca de São Paulo, que passou à denominação de Província do Paraná.

Antes, porém, julgo necessário esclarecer minha preferência pela abordagem do léxico e não por outro nível ou fato lingüístico. Parto do princípio, que busco em Biderman (1997: 308), de que *o léxico é a testemunha de uma cultura, porque é exatamente no domínio do léxico que as influências de substrato (indígena) e superestrato (africano) mais se manifestam*. Além do mais, como autora do ALPR, o contato durante mais de cinco anos com falantes e falas rurais paranaenses, aliado à minha origem também rural, me alertou para a grandeza de um acervo lexical lentamente absorvido durante os séculos XVII e XIX, que vem se mantendo ao longo da história dessas comunidades, e que está aí a exigir dos lingüistas o desvendamento de seus mistérios, antes que se diluam sem deixar vestígios.

Por acreditar ser o léxico o tesouro vocabular, um patrimônio da sociedade, juntamente com outros símbolos da

² O Paraná é rico em nomes de cidades, rios, bairros rurais e urbanos de étimo tupi que vêm sendo estudados por pesquisadores do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas desta Universidade num projeto sobre a toponímia paranaense.

herança cultural de uma língua, incluindo a nomenclatura de todos os conceitos lingüísticos e não-lingüísticos e de todos os referentes do mundo físico e do universo cultural do presente e do passado da sociedade (Biderman 1997), em trabalho recente (Aguilera 2001), analisei alguns itens lexicais constantes de documentos notariais paranaenses do fim do século XVII, mais especificamente de 1693, e do início do século XVIII, de 1721, que tratam dos Termos de Medição, constantes do *Boletim do Archivo Municipal de Curitiba: documentos para a História do Paraná*, transcritos por João Negrão, e publicado em 1906. Relatam esses documentos que os portugueses e seus descendentes, provindos de São Vicente e estabelecidos no Planalto de Curitiba, no final do século XVII, ao procederem à medição do terreno onde se assentaria a futura vila que se tornaria anos depois a capital do Paraná, dada a falta de outros instrumentos de medida de comprimento, serviram-se dos recursos oferecidos pela natureza local, tais como a corda de *embira*³ e o pau de *ubarana*⁴. Para estabelecer o comprimento dessa corda, lançavam mão de outro parâmetro artesanal, uma vara afilada equivalente a 2,2 m, ou uma braça craveira. Na ausência do metro, a braça era a unidade de medida. A referida corda, por sua vez, tinha 25 braças craveiras. Os oficiais da Câmara, encarregados da medição do terreno, levavam um agulhão⁵ pelo qual se norteavam. Definido o limite do terreno, o marco era o pau de *ubarana* ou *uvarana* verde que era fincado na terra para que brotasse e fosse reconhecido como tal.

Se não dispuséssemos de outros documentos, apenas esses dois itens lexicais registrados nesses *Termos de Medi-*

³ Antônio Geraldo Cunha registra *embira*, do tupi * 'm,ira forma paralela de 'im,ira 'fibra, filamento, estopa', cujo primeiro registro seria de 1574, *envira*.

⁴ *Uvarana* está dicionarizado apenas como *ubarana* na acepção de peixe da fam. dos elopídeos¹⁵⁸⁷ cuja formação é do tupi uu, ua'rana < uu, ua 'cana-flecha, ubá¹ + rana 'semelhante'. De *ubarana* derivou o nome de um bairro rural do município de Colombo, *Uvaranal*. O *campus* da Universidade Estadual de Ponta Grossa fica no bairro de Uvaranas, e Uvarana também é uma cidade do interior paulista.

⁵ *Agulhão* ou *agulhão padrão*, como termo náutico, é a agulha magnética de maior confiança a bordo por cujas indicações se aferem as demais (Ferreira 1986).

ção - a *embira* e a *ubarana* - seriam suficientes para indicar a presença da língua e da cultura tupi no solo do Paraná emergente, disseminadas pelos portugueses e seus descendentes que para cá vieram com o encargo de extrair ouro, prear índios e estender o território português além dos limites preestabelecidos em acordos com os espanhóis.

O repertório lexical da época, reflexo das abstrações conceituais, cristalizando os conceitos, e usado como instrumento de comunicação e interação social, foi transmitido às gerações seguintes, perpetuando a herança cultural através dos signos verbais e chegou até nossos dias por meio da fala de habitantes de comunidades rurais dos vários pontos do Estado e na maioria não alfabetizados, comprovando essa transmissão oral através das sucessivas gerações.

2. HISTÓRIA SOCIAL DO PARANÁ, DO SÉCULO XVII A XIX - SÍNTESE

Diferentemente do que ocorrera em outras regiões litorâneas brasileiras em que a fixação da população de origem portuguesa começa no século XVI - por volta de 1532 sob o sistema de Capitânicas Hereditárias, seguida da expansão territorial com a conquista das terras do interior, no século XVII - o litoral do Paraná começa a ser povoado apenas na 2ª metade do século XVII.

Isto não significa que o seu território tenha ficado totalmente isolado durante esses dois séculos. Ao contrário o interior foi freqüentemente percorrido, sobretudo por conquistadores espanhóis que, pelo Tratado de Tordesilhas, eram os senhores da terra e que, encabeçados pelos jesuítas, aqui fundaram numerosas destinadas à catequização das centenas de milhares de índios autóctones.

De início, pelo menos durante os séculos XVII, XVIII e XIX, a história social do Paraná não pode ser dissociada da história social de São Paulo de que foi a 5ª Comarca até finais do ano de 1853. A primeira notícia da presença de moradores de São Vicente e de Cananéia no litoral paranaense data de 1550, mas somente no final desse século é que se intensificaram as incursões paulistas com o propósito de aprisionar índios e alargar a

Os ataques portugueses às Reduções espanholas (Ciudad Real del Gayrá, Santo Tomás, San José, Loreto, Santo Ignacio, Encarnación, San Pablo, Concepción, entre outras) duraram até 1632, quando a população indígena ficou reduzida a cerca de 12 000 índios convertidos que, ou se espalharam pelo oeste, ou se uniram aos paulistas, indo para São Paulo, deixando toda a região Noroeste e Centro-Oeste em total abandono por mais de um século. O mapa 2 (Cardoso/Wesphalen 1986: 35) mostra o trajeto das bandeiras de Fernão Dias Paes, Francisco Bueno, Raposo Tavares e Manoel Preto na tarefa de dizimação das reduções.

MAPA 2



É importante ressaltar que tanto o trânsito das bandeiras e o dos jesuítas missionários pelo território paranaense em muito foram facilitados por uma passagem natural pré-colombiana utilizada pelos índios guaranis do Paraguai para estabelecer uma ligação com o litoral atlântico: o caminho de Peabiru, apresentado no mapa 3 (Cardoso/Wesphalen 1986: 22), que,

Partindo das margens do rio Paraná, no Planalto de Guarapuava, uma trilha seguia pelos campos ao norte do rio Iguaçu e penetrava o interior do Planalto dos Campos Gerais até as nascentes do rio

Tibagi, onde se bifurcava: uma trilha seguia para o sul rumo ao litoral de Santa Catarina; outra penetrando as matas do Açungui, ao norte do planalto de Curitiba, ia dar em Cananéia. Uma terceira picada, a noroeste, atravessava os Campos Gerais e atingia o litoral de São Vicente. (Lima 1982: 6)

MAPA 3



MAPA DO CAMINHO DO PEABIRU

Contida a expansão espanhola em terras do ocidente do Paraná, os vicentistas continuaram presentes no litoral de Paranaguá e nos campos de Curitiba, por pouco mais de duas décadas, de 1646 a 1670, à procura de minerais, onde formaram esses primeiros arraiais⁶, posteriormente transformados em vilas.

Embora na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais tenha se levantado o pelourinho – símbolo da justiça - no ano de 1668, somente vinte e cinco anos depois, em 29 de março de 1693, a pedido dos próprios moradores, num total de cerca de 90 homens, é que o povoado de Curitiba foi, de fato, elevado à Vila, organizando-se as justiças e instalada a Câmara Municipal.

⁶ A Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá foi instalada em 9 de janeiro de 1649, tornando-se a mais meridional possessão portuguesa no Brasil. Em 4 de novembro 1668 ergue-se o pelourinho na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, atual Curitiba.

Naquele final de século, no entanto, a escassez de minerais, as inúmeras tentativas frustradas de uma exploração mais rentável do ouro, acrescida da descoberta das minas dos Cataguases e de Cuiabá, determinaram a retirada em massa dos mineradores, ficando apenas aqueles que haviam estabelecido suas roças e currais.

A população havia atingido um nível de pobreza tão grande que pouco perigo oferecia às autoridades da metrópole, que a ignorou por quase um século. Documentos de 1685 referem-se à extrema miséria dos moradores de Paranaguá que sequer podiam pagar um pároco para atender as suas necessidades religiosas. As farinhas⁷ de Paranaguá, embora produzidas em pequena escala, eram o único produto oferecido ao comércio externo, representado pelo Rio de Janeiro e Sacramento. No entanto, a introdução nos campos de Curitiba das primeiras cabeças de gado, vindas do litoral, e a sua rápida multiplicação, determinaram a exportação média anual, já no início do século XVIII, de cerca de 800 a 1000 cabeças de bois e cavalos para as minas de Cataguases.

Com relação a São Paulo, embora contasse com uma policultura que chegava a produzir excedentes destinados às regiões mineradoras, em fins do século XVII e princípios do século XVIII, verifica-se um quadro semelhante de miséria. A pobreza da população e a irreverência dos paulistas determinaram a perda da autonomia da Capitania, em 1748, que passou a se constituir em simples comarca do Rio de Janeiro (Lima 1982: xv). A autonomia só foi restabelecida em 1765, com a incorporação do território do atual Estado do Paraná, o que,

se por um lado significou a atenção da Metrópole para com a região desvinculada da economia colonial porque não produtora de gêneros exportáveis, por outro, significou para a população independen-

⁷ Lima (1982: 140), baseando-se em documentos do Archivo Municipal de Curitiba, acredita que não se tratava de farinha de mandioca, mas de milho: “O documento deixa claro tratar-se não da farinha de mandioca e sim da farinha de milho, uma vez que ao total de milho requisitado (naquele documento), juntava-se o necessário à manufatura da farinha. No entanto Cardoso e Westphalen afirmam que a farinha de mandioca foi, sem dúvida, o gênero de subsistência que manteve o fraco comércio marítimo de Paranaguá, possibilitando a importação de sal, ferragens e peças de algodão da Capitania (de São Vicente).

te das duas sociedades, a perda da possibilidade da tomada de decisões, o fim da vida andeja e menos controlada” (Lima 1982: xv).

Quanto às atividades econômicas, comerciantes de origem portuguesa, nas décadas de 1770 e 1780, iniciaram no Litoral a produção de cana, de aguardente, de açúcar e de beneficiamento de arroz, enquanto no Planalto iniciava-se a plantação de trigo, com exportação para Santos.

No processo de transição de uma economia tipicamente de subsistência, predominante nos séculos XVII e XVIII, para uma economia de mercado do século XIX, coube a Curitiba e Paranaguá um duplo papel: o de área de apoio à defesa e à conquista territoriais, e o de área de apoio à recuperação da economia paulista.

Em síntese, durante os séculos XVII e XVIII três atividades determinaram a ocupação do planalto curitibano: (i) a atividade mineradora; (ii) a das bandeiras de preação de índios e (iii) a da criação de gado. Cumpre registrar que em todas essas atividades o trabalho escravo era indispensável.

A primeira, embora não produzisse os efeitos esperados pela Metrópole, determinou o nascimento dos primeiros arraiais tanto litorâneos como no planalto curitibano. O trabalho escravo representado pelo índio na mineração era de vital importância, pois a aquisição do escravo africano era impossível devido ao alto custo. Afirma Negrão, apud Lima (1982: 16), *que todos os moradores do ‘plateau’ curitibano eram possantes de peças, isto é, possuíam numerosos índios ou administrados dos gentios da terra.* Assim, a mineração curitibana não representou uma atividade fácil e compensadora financeiramente, não acarretou transformações marcantes no grupo ali estabelecido e muito menos teve um significado maior do ponto de vista econômico. No entanto, a presença do índio, integrado às atividades econômicas dos paulistas, constituiu-se num fator determinante na formação da linguagem rural paranaense, como se pode verificar pela alta frequência de tupinismos na região litorânea e no planalto curitibano, como demonstrarei mais adiante quando tratar da concentração e irradiação das palavras de base tupi na fala paranaense.

A segunda atividade – a dos bandeirantes - foi responsável pelo alargamento das terras portuguesas em direção ao oeste paranaense e também pela fixação do povoamento na região. Com a dizimação dos aldeamentos indígenas, reduzindo de 200 000 a cerca de 12 000 índios, esses remanescentes foram escravizados e enviados para São Paulo. Com o restabelecimento do tráfico negreiro, mais tarde, reduziu-se o apresamento e definiu-se a orientação dos bandeirantes para a procura de riquezas minerais e a criação de gado. Surgem, então, nos sertões paranaenses, nas sesmarias que lhes eram generosamente concedidas, as primeiras fazendas de paulistas que serão, na fala de Lima (1982: 22) *os primeiros povoadores efetivos dos campos de Curitiba, direta ou indiretamente ligados ao bandeirismo*. E a historiadora conclui que

a fixação de um agrupamento humano no planalto curitibano, originando a vila de Curitiba, é fruto direto da atividade mineradora e indireto do bandeirismo ofensivo. Fazendo um paralelo entre as duas atividades, pode-se, de início, concluir que o bandeirismo ofensivo que devassou o interior do atual Estado do Paraná em busca das reduções de Guairá e Tape, antecedeu a penetração mineradora, que do litoral alcançou o planalto. Além disso, todos os caminhos que se integram no caminho de Peabiru já tinham sido amplamente percorridos pelos bandeirantes antes que os mineradores descobrissem a picada que do litoral vicentino alcança a mata do Açungui. Sabe-se ainda que, quando os mineradores alcançaram o planalto e se estabeleceram em arraiais, o bandeirismo ofensivo chegava ao seu declínio, sem deixar núcleos de povoamento. (Lima 1982: 23-24).

E a terceira atividade econômica, representada pela pecuária, nasce como consequência do declínio das duas anteriores, pois, para sobreviver, foi necessário abandonar as regiões montanhosas do Açungui, e buscar regiões mais adequadas para a agricultura e criação de gado. Iniciada para suprir a população local, expandiu-se pouco a pouco para abastecer as regiões do Brasil Central. O mercado consumidor das Minas Gerais passa a exigir, cada vez mais, animais para transportes e para a alimentação o que leva à intensificação da criação e da caça ao gado que vivia solto no sul do país. Novamente é o bandeirante que lidera a abertura de estradas que vão ligar os grandes centros criadores de gado no

sul, como Viamão no Rio Grande do Sul, aos centros de comércio pecuário, como as feiras de Sorocaba em São Paulo, de onde partiam os lotes em direção a Minas Gerais.

Os documentos da época atestam a importância da *estrada das tropas* ou *estrada do gado* no século XVIII

não só em termos de integração da área à economia colonial em razão do lucro que poderiam obter, Colônia e colonos, com o comércio de animais, mas também como forma de garantir o domínio português sobre vasta região sulista (...) afastando temporariamente as preocupações portuguesas em relação aos espanhóis" (Lima 1982: 28).

A nova atividade econômica, associada à estrada dos tropeiros, traz como consequência, no Paraná, a ocupação de áreas até então desertas ao longo desse caminho. Dá origem às tropas e à figura do tropeiro. Multiplicam-se as fazendas, as invernadas, os pousos e os currais dos quais se originarão núcleos populacionais, que se transformarão em cidades como Rio Negro (1827), Lapa (1731), Palmeira (1819), Ponta Grossa (1751), Castro (1751), Piraí do Sul (1872), e Jaguariaíva (1823⁸).

As atividades bandeirantes de aprisionamento dos índios e sua utilização na mineração e criação de gado levaram à fixação gradativa e afazendamento dos primeiros habitantes não índios. Conduziram também ao desenvolvimento da agricultura de subsistência e à exportação do gado, lançando as bases para a futura atividade econômica que se iria firmar no século seguinte: a extração e manufatura da erva-mate, possibilitando o aparecimento e desenvolvimento de funções urbanas.

2.1. O Paraná e a composição demográfica no século XVIII

Antes da chegada dos europeus, segundo Ferreira (1999:11), numerosas tribos indígenas habitavam o solo paranaense. Dentre as tribos da nação Tupi, citam-se os Guarani (em todo o sertão compreendido entre os rios Paranapanema, Paraná, Tibagi e Iguaçu; os Carijó, no litoral e os Tingüi, nos Campos de Curitiba.

⁸ As datas ora se referem ao ano da construção da capela, ora do povoado, ora da chegada dos primeiros habitantes ao local, conforme a fonte pesquisada (Ferreira: 1999 ou Históricos obtidos junto às Prefeituras Municipais de cada localidade).

Os primeiros censos paranaenses datam de 1765 e, pela lei de 6 de junho de 1755, conforme relata Lima (1982: 189), ficava claro *que não houvesse mais administrações, nem administradores, sendo facultado aos índios, como livres que são, servir a quem bem quiserem...* Assim, os *administrados* poderiam também estar incluídos entre os homens livres nos censos da época. Essa ambigüidade dificulta uma avaliação clara do número de índios presentes na vila, pois, ora parecem estar na conta dos *administrados* ora, na relação dos *livres*. Comenta Lima que, apesar de já existirem normas legais concedendo liberdade aos índios, equiparando-o aos colonos e proibindo manifestações de tratamento preconceituoso e pejorativo, não conseguiram se libertar do caráter de raça inferior que lhes foi imposto por mais de dois séculos de colonização. No censo da Vila de Curitiba, de 1765, por exemplo, aparecem 3088 habitantes, dos quais 2073 são livres e 1015 escravos, não aparecendo as classe dos *administrados* e dos *forros*. No entanto, no censo de 1775 verifica-se uma população de 4649 pessoas livres, 36 *administrados* e 4 *forros* (Lima 1982: 190).

3. A PRESENÇA TUPI NA FALA RURAL PARANAENSE E SUA RELAÇÃO COM A HISTÓRIA SOCIAL

Apesar da dificuldade de se quantificar a presença indígena⁹ no Paraná dos séculos XVII e XVIII, isto é, vivendo no litoral e arredores de Curitiba e convivendo com os moradores de origem portuguesa, seja na condição homens livres ou escravos, para este estudo é significativo relacionar e analisar a composição do vocabulário de origem tupi.

Castilho (2001: 348), ao se referir às duas línguas gerais que se desenvolveram no Brasil: a Língua Geral Paulista e a Língua Geral Amazônica, também chamada Nheengatu, expõe, baseando-se em Rodrigues (1986: 97), que A Língua Geral Paulista

foi-se constituindo já no século XVI, tendo como base a língua dos índios Tupi de São Vicente e do alto do rio Tietê, uma língua tupi-

⁹ Uma outra dificuldade é determinar que grupo indígena predominava na região uma vez que, os dados históricos apontam para a presença dos Carijó, Tupiniquim, Tingüi, Caingua, Pés-largo, Bituruna e tantos outros.

guarani ligeiramente diferente da língua dos Tupinambá. Foi a língua dos mamelucos paulistas e, com as bandeiras, foi a língua de penetração no interior de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná. Pela segunda metade do século XVIII passou a perder terreno para o português e seus últimos falantes devem ter morrido no início do século XX.

Falada pelos índios que conviviam com os brancos, pelos mamelucos e pelos brancos em suas relações com o gentio, inicialmente no litoral, onde se concentravam os primeiros núcleos urbanos, seu emprego foi progressivamente diminuindo nas comunidades urbanas do litoral, para ir-se concentrando nos ambientes rurais do interior.

Silva Neto (1970: 524) ressalta que, dentre as muitas línguas indígenas faladas no Brasil, o tupi sobressaía-se por vários motivos: a) era a mais falada na costa e foi, em consequência, a que entrou em contato com o português; b) foi a única gramaticalizada. V. *A Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta; c) passou à categoria de segunda língua para portugueses, pretos e índios de outras etnias; d) foi a língua da catequese, “o grego da terra” como diziam os jesuítas do tempo.

Da interação entre a língua portuguesa e a tupi, que se estendeu por mais de dois séculos, resultou um grande número de empréstimos ao português, que, na estimativa de Melo (1983: 32), estaria em torno de quatro mil itens lexicais inseridos no vocabulário, sobretudo na fitonímia e na zoonímia, os mais importantes, e na toponímia e antroponímia; esta última, porém, sem importância alguma.

Sobre os tupinismos no dialeto caipira, Amaral (2001[1920]) assim se expressa:

Das línguas autóctones, ou melhor, do tupi, recebeu o dialeto (caipira) grande quantidade de termos. A nossa população primitiva, durante muito tempo, antes da introdução do negro, era, pela maior parte, composta de indígena e de mestiços de indígena. Da extensão que teve a língua dos aborígenes no falar dos primitivos dois ou três séculos da nossa existência, dão testemunho flagrante, além de muitos vocábulos que entraram nos usos sintáticos correntes, os não menos numerosos topônimos, que se encontram nas vizinhanças dos centros de população mais antigos.

Quanto a isso sobressai a capital com seus arredores, onde abundam os nomes tupis, os quais vão escasseando pelo interior, nas zonas mais novas, onde, ainda assim, os que se nos deparam são em boa parte artificialmente compostos. Só no município de São Paulo e nos que com ele confinam se contam por dezenas de rios, riachos, montes, bairros, fazendas e povoados com denominações tupis tradicionais. (Amaral 2001: 26, versão eletrônica).

No Paraná dos séculos XVII e XVIII, os documentos notariais referem-se a diversos topônimos de origem tupi como os nomes de bairros e freguesias: Curitiba, Atuba, Barigüi, Tatuquara, Botiatuba, Caiacanga, Itambé, Juruqui, Tamanduá, Passaúna, Taperassu, Tinguiquera; e os rios e riachos Iguaçu, Iapó, Tibagi, Atuba e Barigüi, entre outros.

Prossegue Amaral (2001: 27-33) com uma extensa lista destacando a presença tupi em nomes da fauna, da flora, na nomeação de diferentes fenômenos, acidentes, produtos da natureza, doenças; nos nomes de utensílios, aparelhos, objetos de uso, alimentos; em nomes referentes a usos, costumes, abusões, e em adjetivos e substantivos usados como tais.

Por sua vez, Melo (1981: 89) também afirma que a língua portuguesa, transplantada para cá,

sofreu forte concorrência de uma importante rival, o tupi, que se ouvia em quase toda a costa e que, com o tempo e por circunstâncias várias, se tornou a língua geral do Brasil-Colônia. Nos primeiros tempos, e até o século XVIII em alguns lugares, falou-se mais tupi que português, sendo esta a língua oficial., a das cidades maiores, a língua da administração ou do comércio, e o tupi a língua caseira, transmitida principalmente de mães a filhos, instrumento de comunicação do cotidiano.

Quanto aos nomes de origem tupi, registrados no ALPR¹⁰, como já expus, eles pertencem aos campos:

- a) da fauna: anu, araguaí/araguari, baitaca, beronha, birigüi, butuca bituca/ mutuca, caburé, caracará, carancho, carapinhé, carijó, caruncho, cuiuiú, cupim, curica, embuá/ imbuá, guapeca/ peca/ peva,

¹⁰ O rol de nomes de origem tupi na fala paranaense é bem mais extenso, mas registro aqui apenas os que surgiram durante a pesquisa de campo com base no Questionário estruturado proposto por Caruso (1985) e adaptado por mim para o ALPR.

- juriú, mamangava/ mamangaba, mandruvá/ mandarová, nacaré, nambeva, nhapacamim/ iapacanim, nhapacaré, picumã, piúca/ pijuca, pinhé, quiriquiri/ quiquiri/ quiliquili, tauató/ taguató, tiriba/tiriva, urubu/orubu/ aribu;
- b) da flora: apixilim/ pexurim, araçá, araticum/ articum, aroeira, bracatinga, cipó, guavirova /guabiroba/ gabirova, imbé (variedade de banana), incõe/ inconha, jabuticaba, juá, peroba/ perova, pitanga, saquarema (variedade de banana), taquara, tigüera, urupê;
- c) de utensílios: arapuca, juquiá, peteca;
- d) das funções do corpo humano: jojoca; curica;
- e) de entes sobrenaturais: nhanguinho, saci, baitatá/ baetatá.

A frequência desses itens lexicais no *corpus* não é uniforme, porque a maior recorrência de alguns está relacionada ao fato de serem tema no Questionário adotado, dando, pois, origem a cartas temáticas, como é o caso das cartas de n.º 42, para variedades de banana; n.º 51, para variedades/ espécies de gavião; n.º 71 para soluço, n.º 78, para cócegas; n.º 150, para o mosquito que pica o gado; e n.º 162 para variedades/ espécies de galinha. Os menos recorrentes, na maioria dos casos, representam formas remanescentes que se constituem em últimos documentos orais da fala setecentista, por isso estão circunscritos a uma área pouco extensa.

3.1 A distribuição diatópica dos tupinismos

A distribuição espacial dos nomes de base tupi pelo território que corresponde ao Paraná Tradicional aponta para a presença do colonizador paulista que, em suas incursões pelo interior, se fazia acompanhar por um grande contingente indígena. Basta mencionar que só a expedição de Raposo Tavares a Guaíra, em 1628, partiu de São Paulo com 900 mamelucos e 2 000 índios mansos auxiliares, dirigidos por 69 paulistas. Como usuários da Língua Geral, é provável que, não só os bandeirantes que retornavam a São Paulo, mas também os que se estabe-

leceram em fazendas no Paraná, continuassem a usar essa Língua Geral no contato diário com os escravos índios e aí disseminando palavras do léxico tupi na denominação das coisas e seres da natureza e da vida do homem.

Dentre o acervo de itens lexicais que incluo como originários do tupi, há alguns que não se encontram dicionarizados com a mesma forma com que foram registrados pelos meus falantes rurais, dificultando sua classificação como tupinismos. No entanto, a análise da massa fônica e do conceito que eles recobrem, isto é, o significante e o significado de cada um deles, me levou à sua inclusão neste trabalho.

Início tratando das lexias *nambeva*, *nhapacamim*, *nhapacaré* e *bapuíra/pipuíra/picuíra* que se concentram no Litoral:

Nambeva é forma exclusiva de três pontos lingüísticos: 46: Guaraqueçaba, 55: Paranaguá e 65: Guaratuba, pontos litorâneos, primeiros povoados paranaenses estabelecidos pelos paulistas e portas de entrada dos primeiros vicentistas. Foi registrado ao se indagar pelas espécies ou variedades de galinha. A informante feminina de Guaraqueçaba comentou: '*é nambeva ela, bem baixinha as pernas dela*'. Por analogia com outras palavras do tupi, podemos ligá-la a *inambu*, ave, cujo registro em Cunha (1994) data de 1574. Parece-me pouco provável a sua ligação com a forma tupi *na'mi*, nambi, orelha.

Nhapacamim foi registrada por um único informante no ponto 45 – Antonina, um dos municípios mais antigos do Estado do Paraná. A oficialização do povoado data de 1714, embora seu fundador tenha chegado a essas terras em 1712, à frente de um grande número de escravos para iniciar a mineração e a agricultura na região. A forma foi obtida da informante feminina como resposta à questão sobre as variedades de gavião. Está lexicalizada em Nascentes (1943), Aulete (1964), Ferreira (1986) e Cunha (1982 e 1994), sob os verbetes *japacani* e *japacanim* como de origem tupi *yapaca'ni* e significando uma espécie de gavião. A mudança fônica da semivogal alta para a consoante palatal j ou nh está relacionada ao fato de serem homorgânicas, isto é, palatais, o que leva o ouvinte a reproduzir o /y/ como fonema aproximado da for-

ma original. Também não é estranho na história interna da língua a alternância das nasais /m/ e /n/. Em Ferreira, *japacanim* é sinônimo de *gavião-pega-pinto*; Cunha fixa seu primeiro registro em 1777, o que me leva a pensar na hipótese de a lexia ser mais antiga, por já existir na linguagem oral tanto de paranaenses como de paulistas que estiveram em contato com os tupis, mas só incorporada posteriormente. Como a fala precede a escrita, é normal que nem sempre o que existe na fala, principalmente rural, passe para a literatura escrita. Saliento que se trata de uma forma em extinção no Paraná dada a sua ocorrência única.

Nhapacaré: foi registrada por um único informante, tal como a lexia anterior, em Antonina, ponto n.º 45, agora pelo informante masculino, também como referência a espécie de gavião, explicando tratar-se de um gavião de grande porte. Não consta de nenhum dos dicionários pesquisados. A massa fônica está ligada ao quadro de fonemas do tupi seja com o segmento *nhapa-*, *japa-* ou *iapa-*. A terminação *-caré* pode ter sido acrescida à forma *nhapa* por associação fônica com o nome de outra espécie de gavião, porém menor que o *nhapacaré*, o *caburé*, presente na fala de uns poucos informantes.

Bapuíra/pipuíra/picuíra: Como resposta às variedades de galinha caipira ou de terreiro, as informantes femininas dos pontos 55 (Paranaguá e 65 (Guaratuba) relacionaram espontaneamente essas lexias: 'tem essa *bapuíra* que é um piquininha' (inf. 45 A¹¹) e 'tem galiséu, tem essas *pipuíra*, miudinha, né. Nós chamamo *picuíra* umas galinha mas miúda. Entom nós chamamo galinha *pipuíra*' (inf. 65 A). A busca aos dicionários revelou: em Cunha sob o verbete *piqüira*, do tupi *pi'kira*, é sinônimo de 'peixe miúdo' cujo primeiro registro data de 1607; em 1842, consta como cavalo pequeno, pônei. Como se estava referindo à galinha garnisé que é bem miúda, é bem provável que o termo *piqüira* tenha se estendido também à denominação dessa ave. A referência cronológica de inserção do verbete na linguagem escrita também é pertinente com o momento históri-

¹¹ A letra A (maiúscula) no ALPR refere-se a informante feminina e a B (maiúscula) ao informante masculino.

co paranaense – início do século XVII. *Bapuira* e *pipuira* não estão nos dicionários consultados. O verbete mais próximo em Ferreira (1986) é *baquara*, do tupi *mbae'kwara*, 'sabedor de coisas' que, como brasileirismo, significa esperto, sabido, vivo. Estas são também as características da garnisé, que está sempre irrequieta e prestes a avançar em quem a moleste. Porém, creio tratar-se de variantes fonéticas de *picuira* ou *piquira* com a natural sonorização de p > b e a anteriorização da surda k > p por assimilação com o fonema consonântico inicial.

Essas lexias, como se pode verificar, têm em comum a origem tupi ou a 'feição' de vocábulo tupi; referem-se a elementos do mesmo campo semântico, a fauna; concentram-se apenas no Litoral e representam, assim, uns dos poucos traços da resistência de uma língua que, no Brasil, teve seu apogeu nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Outras lexias de base tupi conseguiram ampliar o seu raio de ação: saindo do litoral chegam ao Planalto de Curitiba e acompanham o homem na sua caminhada primeiramente rumo ao 2º Planalto e logo após acompanhando a rota dos tropeiros.

Destaco para análise nove lexias: *baetatá*, *caburé*, *curica*, *guamirim*; *incõe/inconha*, *jojoca*, *peca/pequinha/guapeca/guapequinha*, *pinhé* e *urupê*.

Baetatá: entidade da floresta que se assemelha a bola ou bolas de fogo, que, na credice popular paranaense, são resultado de castigo divino pelas ligações incestuosas, principalmente entre compadre e comadre. Do tupi *mbae'tatá*, coisa de fogo, a ele faz referência Cunha (1982) registrando que o padre jesuíta José de Anchieta já em 1560 informava numa de suas cartas que entre os índios havia também outros fantasmas, sobretudo nas "praias, que vivem a maior parte do tempo junto do mar e dos rios e são chamados *baetatá*, que quer dizer cousa de fogo, o que é o mesmo como se se dissesse o que é todo fogo. Não se vê outra cousa senão um facho cintilante correndo para ali; acomete rapidamente os índios e mata-os, como os curupiras; o que seja isto, ainda não se sabe com certeza". O lexicógrafo cita também um trecho da Nova Floresta de Manuel Bernardes, de 1706: '(...) e outro

nas praias do mar e ribeiras dos rios, que chamaõ Baetatá; estes levaõ diante de si fogo inquieto, que discorre a huma, e outra parte'. A lexia e a lenda predominam no litoral e nas cidades que compõem o Paraná Tradicional. É provável que a variante fonética *boitatá*, de *mboia*, cobra e *ta'ta*, fogo seja posterior, registrada por Taunay, apud Cunha (1982), em 1872.

Caburé, do tupi *kauu're*, é outra variedade de gavião, registrada na carta 51 do ALPR, nos pontos 29 (Campo Mourão), 38 (Adrianópolis), 45 (Antonina) e 64 (Rio Negro). São pontos relativamente distantes que estão associados a movimentos sociais diversos: aprisionamento de índios, caminho das tropas, e expansão para o oeste, todas elas ao sul do Caminho de Peabiru. Para Cunha, as abonações mais antigas situam-se em finais do século XVII, 1587 e 1594. Morais Silva (1949-1959) classifica-o como do tupi-guarani, *Caá+boré*, por poré. Zool. Espécie de coruja; couré, caboré, mas também uma ave da família dos bubónidas (gaviões).

Curica está lexicalizado em Cunha (1982), de origem tupi, com o significado de espécie de papagaio, com abonações de 1576. No entanto na carta 78 é uma variante rural para *cócegas*, de bastante produtividade nas localidades do Paraná Tradicional. Outra variante registrada para o conceito de *cócegas* é *culica* e *cucica*.

Guamiri: embora registrada unicamente no ponto 63, em resposta espontânea do informante masculino, ao enumerar as árvores nativas da localidade, a sua ausência em outros pontos não significa a inexistência da árvore ou do nome em outras localidades paranaenses uma vez que a pergunta 61 buscava apenas as variantes fonéticas para *eucalipto*. Lexicalizada em Cunha (1982), sob a forma *guamirim* e a variante *guamerim*, vem do tupi *iúami'ri*. A única abonação é de 1918, portanto muito posterior à época em estudo quando deve ter se dado sua inserção no vocabulário paranaense por se tratar de planta nativa da região.

Incõe/inconha, como resposta à questão sobre o nome dos frutos – em especial a banana - que nascem grudados, distribuiu-se pelos pontos 23, 25, 30, 31, 37, 38, 44, 45, 46, 55 e 65.

Como se nota, a maior concentração está no litoral e no Planalto de Curitiba, numa clara indicação de lexia trazida pelos bandeirantes dos séculos XVI e XVII. Está lexicalizada em Ferreira (1986) como procedente do tupi *i'kõe*, 'aquele que é gêmeo'.

Jojoca é certamente de origem tupi, mas não consta de nenhum dos dicionários consultados. Foi registrada em todos os pontos do litoral, do Planalto de Curitiba e nas localidades oriundas do Caminho das Tropas. Trata-se de um sinônimo para o *soluço*, principalmente o que acomete os bebês. Parece estar ligada ao tupi do Norte, pois, consulta à pesquisadora de línguas indígenas do interior do Pará, Risoleta Julião, obtive a confirmação da vitalidade da lexia naquela região sob a forma *ioioca*.

Peca/ Pequinha/ Guapeca/ Guapequina são variantes registradas na carta 58 do ALPR, como outras denominações para a galinha de pernas curtas, mais conhecida como *nanica*, por ter o corpo desproporcional em relação ao comprimento das pernas. No litoral só foi registrada no ponto 46, Guaraqueçaba. Sua introdução no Paraná através do Litoral, pela leitura das cartas, parece ter sido reforçada com o movimento dos tropeiros, pois a presença nos pontos 43, 53, 36 e 26 mostra o percurso das tropas no século XVIII, tendo se irradiado para todas as direções, numa linha descontínua, no mesmo sentido da ocupação do território paranaense nos três primeiros séculos. Não consta dos dicionários brasileiros. A lexia mais próxima é *peba*, do tupi, *pewa* com o significado de chato, alongado que guarda alguma semelhança de sentido com os aspectos dessa variedade de galinha. O segmento inicial *gua* e *wua* é muito freqüente em palavras do tupi. Morais Silva (1949-1959), em *guapeca*, registra como brasileirismo significando cão rafeiro, sem raça. Em *peva*, este lexicógrafo registra como *l. adj. Zool. Nome porque são conhecidas entre os Brasileiros, as aves de gênero Penélope. // Nome vulgar brasileiro de uma espécie de tatu (Dasypus sextinctus) // Bras. Plano, baixo, chato, inferior: "peva : perna curta" Monteiro Lobato, O macaco que se fez homem, 58. 2 s.f. Significação no passo que se transcreve: <<Cresceu a família, cresceu a póvoa. Esta palavra tem um ar de semente, grainha,*

pevide, que germina e se multiplica. Quando pequena de todo, chamava-se no português primitivo peva; em estado de crescimento ou quando a gramínea se desfaça em frutos, povo ou povoação.>> Aquilino Ribeiro.

Esta última passagem dá a entender não se tratar, *peva*, de palavra tupi como admitem os demais, mas de um português primitivo.

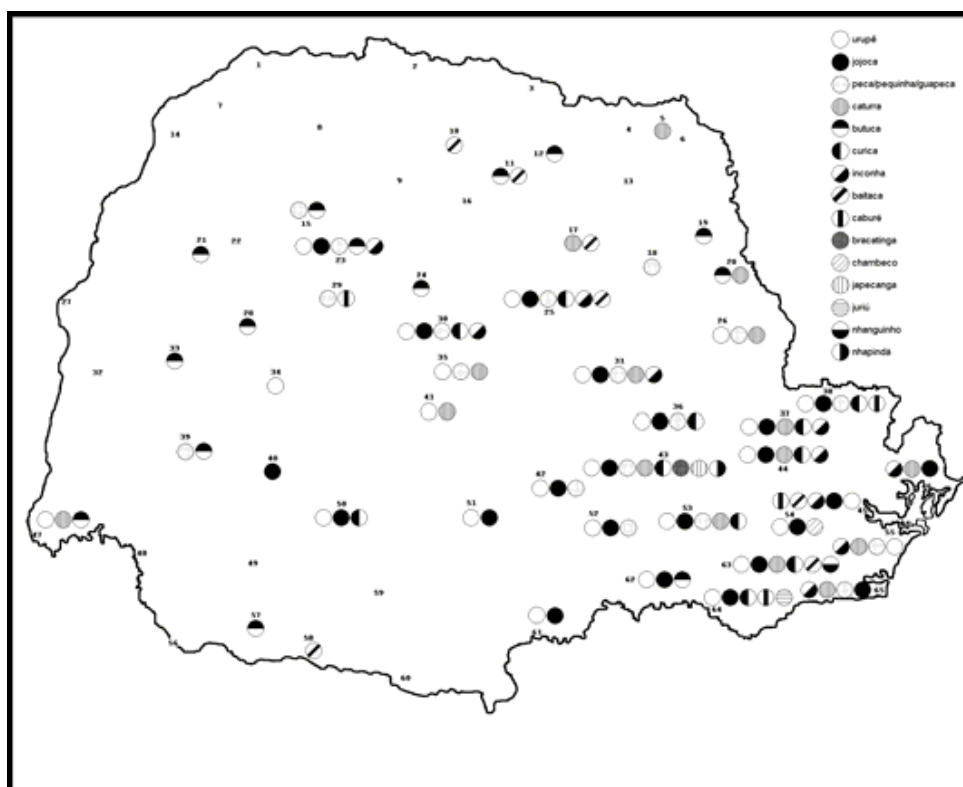
Pinhé é outra lexia usada para indicar uma variedade de gavião em resposta à questão 51. A informante 53A esclareceu que: '*o pinhé é o comedor de berne, mas não é gavião, é só pinhé*'. O informante 55B também identificou o *pinhé* como aquele que tira berne da criação e aquele que '*tem o peito branco, uma faixa, as costas preta e peito branco. Esse aí é garapinhé, nós chamamo*'. A forma *carapinhé* ou *garapinhé* foi registrada ainda nos pontos 11, 17 e 65. Trata-se de uma clara junção de *caracará*, variante lexical bastante produtiva no Norte do Estado, com *pinhé* que se concentra nas localidades que se originaram dos pousos e currais construídos às margens do Caminho do gado nos séculos XVIII e XIX. Cunha (1982), no verbete *caracará*, abona com Gabriel Soares de Sousa, 1587, que assim descreve a ave: '*são uns pássaros tamanhos como gaviões, têm as costas pretas, as asas pintadas de branco e o rabo, o bico revolto para baixo, os quais se mantêm de carrapatos, que trazem as alimárias, e de lagartixas, que tomam*'. Não resta dúvida que se trata da mesma ave. A forma *pinhé* está dicionarizada em Ferreira (1986) como provável forma onomatopaica sem referência à etimologia tupi; em Moraes Silva (1949-1959) como espécie de gavião, do Brasil, também chamado *caracará*, *carancho*: "...*dois carapinhés, que andavam a circular lá em cima, renteando o mistério alvo das nuvens...*", Valdomiro Silveira, *Caboclos*, 79, 2ª ed. //. Refere-se, também a *carapinhé* como brasileirismo de São Paulo. *Brinquedo infantil que consiste em pegar alguém, com dois dedos de uma das mãos a pele das costas da outra, puxando, enquanto eleva e desce repetidamente os braços, dizendo: " cará... cará... cará-pinhééé..."*.

Urupê, mapeado na carta 38 cujo tema é 'outras denominações para o cogumelo', foi registrado em quase todas as localidades do litoral, do Planalto de Curitiba e das que se

situam ao longo do Caminho das Tropas. Monteiro Lobato, que se immortalizou como um dos maiores escritores infantis do século XX, dá a uma de suas obras para adultos o título de *Urupês*. Na crônica homônima faz uma crítica impiedosa ao povo brasileiro, principalmente ao caboclo, que o autor compara ao *sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas. Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive.* (Lobato 1918: 237). Lexicalizado em Cunha (1982) como forma tupi, as abonações são do Vocabulário da Língua Brasília e a de Lobato já citada. Nascentes (1943) afirma proceder do tupi *u 'ru'pewa*, cesto achatado, por alusão à forma.

O mapa 4 permite a visualização da distribuição diatópica no Paraná dos tupinismos estudados.

MAPA 4 – TUPINISMOS NO PARANÁ



3.2 Casos especiais de tupinismos do Paraná

Além da relação acima comentada, considero importante apresentar alguns casos especiais de tupinismos,

cartografados no ALPR e considerados por mim como tais. Selecionei *beronha*, *butuca* (*mutuca*), *carijó* e *caturrea*..

Caso interessante é o da *beronha*, registrada na carta 150, variante léxica de *butuca/mutuca*, como resposta à questão 141 sobre o nome do mosquito que pica o animal. Em Cunha (1994) está lexicalizada em *meru* 'nome tupi da mosca' 1587 e, no mesmo verbete: *meruanha* 'mosca-dos-estábulo' *muruanja* 1587, do tupi *meru'ãia* < *me'ru* + *ãia* 'dente'. Ferreira (1986) apresenta no verbete registra *beruanha*: do tupi *mbe'ru*, 'mosca' + *ãi* 'aguçada, com ferrão', e as variantes: *beronha*, *bironha*, *meruanha*, *muruanha*. No Paraná a única forma registrada foi *beronha* nos pontos 28, 30, 34 36, 39, 40, 49, 50, 51 que estão dentro dos limites do Paraná Moderno do Oeste, portanto de colonização recente. Trata-se de região de forte concentração de migrantes ou reimigrantes gaúchos, descendentes de italianos, alemães e poloneses. É também uma região de reservas indígenas do grupo macro-jê, os kaingang. Minha hipótese recai sobre a introdução da lexia por meio dos gaúchos vindos do sul na 1ª metade do século XX. É possível que a região de que procedem esteja nos limites das localidades que receberam forte influência das bandeiras dos séculos XVII e XVIII. Faltam-nos, porém, dados censitários e, o que considero mais importante, a comprovação em atlas regionais ou glossários gaúchos localizados.

Quanto a *butuca*, também da carta 150, vem do tupi *mu'tuka*, e registra-se uma curiosa distribuição diatópica. Nas localidades do Paraná Moderno do Norte e Paraná Moderno do Oeste, de colonização recente, predomina a forma nasalizada *mutuca* enquanto a desnasalizada concentra-se no Paraná Tradicional. A única forma que recebe abonações de Cunha (1982) é *mutuca* que a registra como de 1587. É de se supor que *butuca* seja anterior a essa variante fônica, portanto mais conservadora, tal como se apresenta a fala de modo geral nas localidades do Paraná que estiveram em maior contato com os portugueses dos séculos XVII e XVIII.

Carijó, no ALPR carta 54, é a designação mais comum para uma variedade de galinha que se caracteriza por ter penas salpicadas de branco e preto. Está presente em todos os

pontos, tratando-se, pois, de lexia já incorporada ao português brasileiro comum. Não consta de Cunha (1982), mas está lexicalizada em Ferreira (1986) como do tupi *kari'yó*, 'procedente do branco'. Para Nascentes (1943), como adj., é o mesmo que pedrês (galo ou galinha) e como s.m. é designação antiga dos índios das florestas mineiras, e certo cipó. O Litoral paranaense também era habitado pelos índios carijós conforme registrei anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este estudo considero importante ressaltar dois pontos básicos: a importância dos atlas lingüísticos para a escrita da história social de uma língua e a confirmação de várias teorias dialetológicas que embasaram os primeiros estudos dessa natureza.

Num primeiro lance, a distribuição diatópica está aí para confirmar a caminhada do homem no espaço geográfico, por ser ele o veículo de transporte da linguagem, pois as palavras não viajam sozinhas como folhas ao vento. O homem se locomove e carrega consigo sua história, suas crenças e tradições, e os atlas, principalmente os que se dedicam à investigação da fala rural, buscando o falante sem escolaridade e de regiões isoladas, tal qual nos primórdios da Geolingüística, armazena as várias camadas lingüísticas que se foram sobrepondo ao longo dos séculos. Porém, como se pôde observar em relação a determinadas lexias, elas estão com os dias contados, já que permanecem na fala de um ou outro falante.

Num segundo plano, confirmam-se princípios teóricos que subjazem aos estudos dialetológicos segundo os quais as palavras não caminham de modo uniforme, mas apresentam lacunas na sua expansão e concentração, tornando difícil muitas vezes traçar as linhas de isoglossas. Para isso concorrem fatores como o maior ou menor grau de contato entre os falantes da mesma comunidade, o grau de interação social entre diferentes grupos ou classes, os eventos sociais compartilhados, as mudanças decorrentes de fatos históricos ou econômicos, entre outros.

Desta forma, a presença dos tupinismos na linguagem rural paranaense contemporânea indica o grau das relações interpessoais entre o bandeirante, o minerador, o fazendeiro e os seus *administrados* nos séculos XVII e XVIII.

Alerta, porém, para a urgência de estudos de natureza dialetal em outras regiões do país onde não se iniciaram investigações dessa natureza dada a fragilidade a que estão expostos o homem e a natureza rurais. A velocíssima urbanização instaurada pelo inevitável êxodo rural, que se vem operando desde a década de 1940, e a escolarização acelerada são dois fatores poderosos que podem esvaziar todo o acervo lexical rural de origem tupi como procurei demonstrar com a distribuição diatópica, muitas vezes rarefeita, de quase que simples *traços* da vida, dos valores e das crenças de uma comunidade social, a dos tupis, tão esmaecidos nas *trilhas* do Paraná.

REFERÊNCIAS

Aguilera, Vanderci de Andrade (1994): *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial.

_____ (2001): “Um estudo lexical em documentos notariais do Paraná”, em Duarte, Maria Eugênia Lamoglia / Callou, Dinah (eds.) (2001): *Para a história do português brasileiro. Vol. IV Primeiros Estudos*, tomo II, São Paulo: Humanitas (no prelo).

Amaral, Amadeu (1920): *O dialeto caipira*, disponível em: <http://biblio.com.br>, acesso em 12/05/2001.

Biderman, Maria Tereza (1997): “O léxico testemunha de uma cultura”, em: *Kaleidoskop der Lexikalischen Semantik*. Ulrich Hoinkes / Wolf Dietrich (Hrsg.) Gunter Narr Verlag Tübingen, págs.308-399.

Caldas Aulete (1964): *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Delta.

Castilho, Ataliba Teixeira de (2001): “Para um programa de pesquisas sobre a história social do português de São Paulo”, em: Rosa Virgínia Mattos e Silva (2001): *Para a história do português brasileiro*, vol. II, Primeiros Estudos, tomo II, São Paulo: Humanitas.

Cunha, Antônio Geraldo da (1982): *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*, São Paulo: Melhoramentos.

_____ (1994): *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (1986): *Novo Dicionário da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Ferreira, João Carlos Vicente (1999): *O Paraná e seus municípios*, Cuiabá: J. C. V. Ferreira.

Houaiss, Antônio (1985): *O português no Brasil*, Rio de Janeiro: UNIBRADE.

Lima, Enezila de (1982): *A Vila de Curitiba: 1765-1820: um estudo da dinâmica econômico-social de uma comunidade*, tese de doutoramento em História Social, São Paulo: Universidade de São Paulo.

Marroquim, Mário (1996): *A língua do Nordeste*, Curitiba: HD Livros.

Melo, Gladstone Chaves de (1981): *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico S/A.

_____ (1983): Para um dicionário de brasileirismos. *Linguagem*, n.º 2, Rio de Janeiro: Presença, pág. 26-36.

Morais Silva, Antônio de (1949-1959): *Grande dicionário da língua portuguesa*, Lisboa: Confluência.

Nascentes, Antenor (1943): *Dicionário da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras

_____ (1953 [1922]): *O linguajar carioca*, Rio de Janeiro: Organização Simões.

Silva Neto, Serafim (1970): *História da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Colegiado do Curso de Letras — Campus de Cascavel

REVISTA LÍNGUAS & LETRAS

Versão eletrônica disponível na internet:
www.unioeste.br/saber